

Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Fernando Henrique Cardoso em
1995-02-15

POLÍTICA EXTERNA

O Brasil conta hoje com um patrimônio respeitável de realizações na área diplomática.

Somos um ator global, com presença significativa, embora ainda não plenamente desenvolvida e aproveitada, em todas as regiões do mundo e nos foros decisórios de natureza econômica e política, tanto regionais como internacionais.

Somos também um "mercador global", com interesse nas relações comerciais e econômicas com praticamente todos os países e regiões.

Participamos de um processo de integração regional, o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), que se consolida como união aduaneira a partir de 1º de janeiro de 1995 e que traz um aporte significativo em peso político e dimensão econômica à própria inserção internacional do Brasil, reforçando nossa identidade e aumentando o interesse internacional pelo País.

Nossa personalidade jurídica e política internacional se ampliou, nossa dimensão latino-americana se fortaleceu, nossa parceria com os vizinhos ganhou contornos decisivos, ancorada em sólidas relações comerciais que já fazem do Mercosul nosso terceiro parceiro comercial, depois da União Européia e dos Estados Unidos, com cerca de 13 por cento do nosso comércio externo. Temos tido participação ativa e construtiva na diplomacia multilateral, especialmente nas Nações Unidas e no Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), agora transformado na Organização Mundial de Comércio.

A esse patrimônio soma-se, hoje, uma nova projeção regional e internacional do País, conseguida graças aos êxitos obtidos na área econômica, com o encaminhamento satisfatório e duradouro da questão da dívida externa, o combate à inflação e a estabilização da moeda mediante políticas eficazes nas áreas fiscal, cambial e monetária, a abertura da economia brasileira à competição internacional, a retomada do crescimento, a melhorados padrões de consumo da população e o crescimento dos atrativos para os investimentos no País.

Essa nova projeção amplia a projeção natural que o País já tinha em função das suas características (dimensões continentais, grande população, recursos naturais

abundantes, multiplicidade de vizinhos, parque industrial desenvolvido, trajetória de desenvolvimento, multiplicidade de parceiros econômicos e comerciais) e o aproxima mais dos modelos econômicos dos países em desenvolvimento que têm obtido as melhores vantagens em sua participação no comércio internacional e no acesso a tecnologias e a investimentos.

Ao mesmo tempo, o Brasil hoje situa-se claramente em lugar de realce no Continente, mostrando um vigor econômico e uma capacidade de recuperação e estabilização que o singularizam na região.

O Brasil tem ainda de lidar com muitos constrangimentos próprios de uma sociedade injusta, marcada pela violência, má distribuição social e regional de renda, analfabetismo, doença, baixa qualificação profissional de uma grande massa de trabalhadores. Esses constrangimentos marcam de forma profunda a nossa agenda interna e a nossa agenda internacional.

A diplomacia só será eficiente se tiver uma visão realista do País, de seus acertos e de seus problemas. Melhorar as condições da nossa inserção internacional é um instrumento básico no processo de transformação qualitativa da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que essa transformação qualitativa será uma alavanca fundamental para a melhoria do padrão dessa inserção externa do Brasil.

Com a economia mais aberta, consequência de um processo refletido de maior exposição à competição internacional em benefício dos consumidores brasileiros e da nossa própria competitividade, temos melhores condições de buscar e mesmo exigir acesso mais desimpedido ao mercado internacional e práticas leais e transparentes em matéria de comércio, transferência de tecnologia e investimentos.

Temos uma agenda interna mais definida, com a atenção posta no crescimento e na busca de maior equidade social e na qual as reformas assumem prioridade porque têm uma função a cumprir na consolidação da estabilidade e na retomada do crescimento com mais justiça social. Nossos compromissos em matéria de direitos humanos, proteção ambiental, combate à criminalidade e ao narcotráfico e proteção das minorias dão-nos um vigor novo para lidar com uma agenda renovada no plano externo, buscando parcerias, a cooperação e o diálogo construtivo necessários para avançar essa agenda internamente.

O Brasil é mais confiável e tem mais credibilidade internacional, porque soubemos, em tempo hábil e sem comprometer princípios ou sacrificar visões de longo prazo em favor de benefícios conjunturais duvidosos, fazer as alterações de política que

melhor respondiam às mudanças em curso no mundo, no nosso Continente e no próprio País. E essas alterações prosseguirão, reforçando nosso capital político e nosso instrumental de atuação internacional.

O quadro internacional

No plano externo, temos uma conjunção de fatores favoráveis nunca vista:

- um interesse renovado pelo Brasil;
- a retomada do crescimento nos países desenvolvidos, ainda que a taxas modestas;
- uma América Latina que tem crescido com abertura comercial e estabilidade econômica, na qual nos acomodamos plenamente, com evidentes vantagens mútuas;
- o fim da confrontação ideológica e o encaminhamento da solução de velhos e persistentes focos de conflito que afetavam regiões potencialmente ricas e promissoras para o intercâmbio internacional, como o Oriente Médio, Angola e a República da África do Sul;
- a preeminência, também no cenário internacional, de valores caros ao povo brasileiro, como a democracia, as liberdades individuais e o respeito aos direitos humanos, e a evidência de que, apesar de retrocessos localizados, o mundo está engajado em um processo de crescimento da civilização e de melhoria das relações entre os Estados;
- a conclusão bem sucedida da Rodada Uruguai, que se corporifica na implantação da Organização Mundial de Comércio (OMC) e que consolida o multilateralismo no comércio internacional de bens e serviços, com a atualização e a universalização de regras fundamentais para que os países possam lidar de forma leal, transparente e eficaz com o fenômeno da globalização da economia e com a crescente competitividade entre as economias e os agrupamentos regionais;
- a própria convivência harmoniosa entre o fortalecimento do multilateralismo sob a égide da OMC e a realidade dos processos de integração regional;
- a criação e a operação de novos foros e coalizões, em obediência a forças de agregação diferentes daquelas tradicionalmente geradas pelas clivagens Leste-

Oeste e Norte-Sul, impondo escolhas para os Estados e políticas novas para reiterar desses exercícios o melhor proveito.

Trata-se de um cenário basicamente positivo, ainda que muitas alterações se imponham para a democratização do processo decisório e sobretudo para que se distribuam melhor os frutos do progresso material, científico e tecnológico entre os povos do mundo.

No mundo atual, o poder cada vez mais se mede por outros fatores que não o poderio estratégico e militar. Países e povos que dominam a agenda econômica internacional e avançam em progresso material, bem estar social e, sobretudo, nível e qualidade de emprego, mostram caminhos claros para o desenvolvimento e para uma melhor inserção internacional: a competitividade, o acesso a mercados, o acesso desimpedido a tecnologias avançadas, a abertura aos investimentos, o nível educacional e técnico da mão-de-obra, o investimento em ciência e tecnologia, a capacidade de promover no exterior a marca de qualidade da sua produção, a habilidade de estar à frente na criação e comercialização de novos produtos e serviços. A essas qualidades soma-se a formação de novas parcerias operacionais, que transcendam o diálogo político para situar-se na esfera dos resultados prático sem termos de comércio, investimentos, geração de empregos, ampliação da escala das economias, transferência de conhecimentos e tecnologia.

Um processo decisório mais ágil e descentralizado caracteriza as relações internacionais de hoje, que se definem cada vez mais como um jogo feito em diversos tabuleiros, mais aberto à participação dos países, mesmo que em condições menos vantajosas de saída, desde que se conte a exemplo do que nós estamos crescentemente fazendo com as capacidades adequadas. A melhor inserção do Brasil nesse processo decisório e portanto a escolha refletida das instâncias de que podemos e devemos participar é um desafio que alcança hoje a dimensão de imperativo, especialmente porque as escolhas pressupõem a capacidade de não promover exclusões.

As prioridades da ação externa brasileira

O papel da diplomacia brasileira e particularmente do Itamaraty é o de coadjuvar os esforços do Brasil por uma nova inserção internacional, que responda de forma

adequada e produtiva à inédita combinação de fatores positivos e de desafios nos planos interno e internacional.

Os objetivos fundamentais da política externa brasileira são:

- Ampliar a base externa para a consolidação da estabilidade econômica e a retomada do desenvolvimento em forma sustentável e socialmente equitativa, abrindo mais e melhores acessos aos mercados, ajudando a proteger a nossa economia de práticas desleais de comércio, atraindo investimentos e tecnologia, melhorando as condições de acesso ao conhecimento.
- Melhorar o padrão das relações do Brasil com seus parceiros, alargando o leque dessas parcerias operacionais e diversificando o relacionamento.
- Dar ênfase à cooperação internacional que nos permita melhorar nossa competitividade e produtividade e que nos auxilie a progredir no tratamento de temas, como direitos humanos, proteção ambiental, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, que figuram em lugar de destaque na nossa agenda interna e na agenda internacional.
- Buscar uma maior e mais adequada participação no processo decisório regional e mundial, tanto nos foros políticos como nos foros econômicos.

Com esses objetivos em mente, vários temas e área de atuação adquirem sentido de premência e de particular importância. Uma listagem não exaustiva, que não implica diminuição da importância relativa de outras áreas que compõem o conjunto de uma política externa que se quer universal e ativa, inclui:

- o processo de consolidação do Mercosul, sua eventual ampliação com a incorporação de novos parceiros e sua participação no processo de estabilização monetária e retomada do crescimento econômico do Brasil;
- as relações com nossos vizinhos latino-americanos e o processo de integração hemisférica, especialmente a partir do aprofundamento das relações com a América do Sul;
- as relações com o centro dos três polos de poder econômico mundial, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão;
- as relações com a região da Ásia-Pacífico, com especial atenção aos novos parceiros emergentes na região, integrantes da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN);

- as relações com os três países continentais, a China, a Rússia e a Índia;
- as relações com nossos parceiros econômicos tradicionais na África, acrescidos agora da África do Sul *pós-apartheid*;
- a Organização Mundial de Comércio e a operacionalização dos resultados da Rodada Uruguai;
- a proteção internacional dos direitos humanos e o diálogo construtivo com Organismos Internacionais e Organizações Não governamentais sobre o assunto;
- a proteção ambiental, a cooperação para o desenvolvimento sustentável e muito particularmente o cumprimento dos compromissos assumidos, no mais alto nível, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- a reforma das Nações Unidas;
- os foros políticos e econômicos de consulta e concertação de que o Brasil faz parte ou tem interesse em integrar, como o Grupo do Rio, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Grupo dos 15, a Conferência Ibero-Americana e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- o desenvolvimento das relações fronteiriças com nossos vizinhos;
- a proteção e a assistência aos brasileiros no exterior; e a adequação da estrutura da diplomacia brasileira, na Secretaria de Estado e no exterior, na busca de mais eficiência e maior presença para fazer face aos desafios representados pela necessidade de avançar em todas essas e em outras áreas de interesse do País.

Nesse panorama de renovação do Brasil e de consolidação de novas credenciais para que o País possa operar no plano externo, terá importância fundamental a participação ativa do Presidente na diplomacia de Chefes de Estado e Governo, que é a marca das relações internacionais contemporâneas e uma característica particularmente importante da diplomacia hemisférica.

Por essa razão, estão programadas diversas viagens do Presidente da República ao exterior, seja para participar de compromissos multilaterais periódicos, como as reuniões presidenciais do Grupo do Rio, Mercosul, Conferência Ibero-Americana, Grupo dos 15 e Nações Unidas, seja como parte de processos de fortalecimento das relações bilaterais do Brasil com países e regiões prioritários.

No grupo das viagens de caráter bilateral, definidas com critério de prioridade e equilíbrio regional, estão previstas em 1995 visitas ao Uruguai, Chile, Estados Unidos, Argentina, Colômbia, África do Sul, Alemanha e Japão. O pressuposto de tais visitas é um criterioso processo de preparação, de forma que o encontro de alto nível culmine processos de aperfeiçoamento real das relações bilaterais e o lançamento de iniciativas concretas nas áreas de comércio, investimentos, cooperação técnica e científica, acesso à tecnologia e diálogo e consulta política.

No planejamento e na execução da política externa, é diretriz governamental dar ênfase aos vetores da democracia e do federalismo, o que se traduz no exercício regular do diálogo da Chancelaria com a sociedade civil, através dos sindicatos e associações de classe, dos partidos políticos e do Congresso Nacional, dos formadores de opinião, do empresariado, dos meios acadêmicos, das organizações não governamentais, dos governos dos Estados e dos Municípios.

Mensagem ao Congresso Nacional do Presidente Fernando Henrique Cardoso em
1999-02-22

POLÍTICA EXTERNA

A situação do Brasil no cenário mundial evoluiu de forma significativa graças à estabilidade econômica trazida pelo Real e à estratégia de inserção política no sistema internacional, possibilitada pela identificação de oportunidades abertas em função das transformações globais.

Os últimos quatro anos foram marcados pelo aprofundamento do respeito e da credibilidade internacional do Brasil, em virtude da estabilidade econômica, da modernização institucional, das reformas estruturais, do fortalecimento da democracia e da presença equilibrada e construtiva da diplomacia brasileira. Paz, democracia, abertura econômica e desenvolvimento sustentável são princípios norteadores da ação externa do País.

As diretrizes de política externa apresentam duas dimensões complementares: a política global (ONU, OMC, meio ambiente, narcotráfico, direitos humanos, paz e

segurança) e a política regional e bilateral (o fortalecimento das relações com os principais parceiros, o Mercosul e a integração latino-americana).

A política externa passou a projetar de forma mais clara a vontade coletiva da sociedade brasileira, aprofundando o diálogo e a sintonia com entidades representativas e ONGs no processo de elaboração e execução da ação diplomática. Além disso, o Brasil tem contribuído positivamente para o processo de redefinição de normas internacionais para a ordem mundial do pós-Guerra Fria.

AGENDA POLÍTICA BILATERAL

A chamada diplomacia presidencial, cujo objetivo maior consiste em mostrar o novo perfil brasileiro e despertar ou reativar o interesse pelo País, contribuiu para a elevação do nível do relacionamento com diversos parceiros e a ampliação de oportunidades para a promoção de interesses nacionais, como a identificação de novas oportunidades comerciais, a elevação do nível de investimentos diretos no País e a obtenção de créditos oficiais. O Brasil participou das Reuniões de Cúpula Ibero-americanas, das Reuniões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, da sessão da Assembleia Geral comemorativa dos 50 anos da ONU (1995), da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995), da Cúpula Hemisférica sobre Desenvolvimento Sustentável (1996), da I Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996), das Reuniões de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio (1996 e 1997), das Sessões Especiais da Assembleia-Geral da ONU sobre Meio Ambiente (1997) e sobre Drogas (1998), do cinquentenário do sistema multilateral de comércio (1998) e da II Cúpula das Américas (1998).

Nos quatro anos de seu primeiro mandato, o Presidente da República efetuou 32 viagens oficiais ao exterior. Em 1995, o Presidente visitou Alemanha, Bélgica (a sede da União Europeia), China, Estados Unidos, Malásia, Peru, Portugal, Reino Unido (cinquentenário do fim da II Guerra Mundial) e Venezuela. Em 1996, ele viajou em visita oficial para África do Sul, Angola, Argentina, Canadá, Colômbia, França, Índia, México, Japão e Paraguai. Em 1997 foi a vez de Bolívia, Chile, Guiana Francesa, Itália, Peru, Reino Unido, Uruguai e Santa Sé. Finalmente, em 1998, visitou Bolívia, Estados Unidos, Espanha, Portugal (Expo 98) e Suíça.

O êxito da diplomacia presidencial é comprovado pelo crescente número de visitas do mais alto nível que o Brasil recebeu. De 1995 a 1998, estiveram no País os chefes de estado ou de governo de África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia,

Canadá, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guiné-Bissau, Holanda, Índia, Itália, Japão, Líbano, Lituânia, Mali, Peru, Polônia, Portugal, República da Coreia, República Tcheca, Suriname, Ucrânia e Venezuela, além do Papa João Paulo II, do Secretário-Geral da ONU e do Presidente da Autoridade Palestina.

Em 1996 foi elaborada a Política de Defesa Nacional, com base nos objetivos e princípios estipulados na Constituição Federal e em consonância com as diretrizes de política externa relativas à solução pacífica de controvérsias e ao fortalecimento da paz e segurança internacionais. O processo de integração proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica e a consolidação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul conformam um verdadeiro anel de paz em torno do Brasil. Nessa mesma linha se inserem a cooperação em matéria fronteiriça com os países vizinhos e os projetos de integração física - obras como a Rodovia do Mercosul, a BR-174, a ponte São Borja-São Tome e a Hidrovia Paraguai-Paraná – e energética – aumento da compra de petróleo da Argentina e da Venezuela, a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, a interconexão de sistemas elétricos e os projetos binacionais com Venezuela, Colômbia e Peru.

AGENDA POLÍTICA MULTILATERAL

A ordem mundial em gestação abre oportunidades de inserção para o Brasil, tendo em vista suas dimensões e seu peso específico. O Brasil se empenhou no aperfeiçoamento dos mecanismos de paz e democracia no continente latino-americano, região mais desmilitarizada do mundo. O País participou ativamente, no âmbito da OEA, de negociações sobre paz, confiança e segurança hemisférica, controle de drogas e contrabando de armas.

Digna de registro especial foi a atuação do Brasil o processo de paz entre Equador e Peru, na qualidade de Coordenador dos Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro (1942). A diplomacia do País foi responsável em grande parte pelo êxito das negociações, em particular no período iniciado com a Declaração do Itamaraty (1995), que firmou a cessação das hostilidades entre os dois países, até a assinatura do Acordo Global de Definitivo de Paz (1998). O Brasil desempenha papel de relevo na implementação do Acordo, em especial no âmbito da Missão de Observadores Militares (MOMEPE).

No sistema das Nações Unidas, pela primeira vez na história o Brasil foi eleito, simultaneamente, para seus principais órgãos: Conselho de Segurança, ECOSOC e Corte Internacional de Justiça, além de participar da Assembleia-Geral. Eleito em 1997 pela oitava vez para assento não permanente do Conselho de Segurança, o Brasil se tornou o estado-membro que exerceu o maior número de mandatos no órgão. O País tem participado ativamente das discussões sobre reforma da ONU, em particular do Conselho, no sentido de lhe conferir maior legitimidade, representatividade, eficácia e transparência, e expressou a disposição de desempenhar a função de membro permanente do órgão.

O Brasil participou de diversas missões de paz da ONU com tropas e observadores militares e policiais, entre as quais as realizadas em Angola (MONUA e UNAVEM), Guatemala (MINUGUA), ex-Iugoslávia (UNPROFOR), ex-República Iugoslava da Macedônia (UNPREDEP), Croácia (UNMOP e UNTAES) e Chipre (UNFICYP). No âmbito da OEA, participou da missão de assistência à remoção de minas em Honduras, Nicarágua e Costa Rica (MARMINCA).

Na área de desarmamento e não proliferação, o Brasil participou ativamente das negociações sobre o tema e aderiu ao Regime de Controle e Tecnologia de Mísseis (MTCR – 1995), ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG – 1996) e ao Tratado de Não proliferação de Armas Nucleares (TNP – 1998), ratificou a Convenção sobre Proibição de Armas Químicas (1997) e o Tratado de Proscrição de Testes Nucleares (CTBT – 1998) e assinou a Convenção sobre Proscrição de Minas Anti-Pessoal (1997).

Além disso, procedeu ao aperfeiçoamento técnico da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Constituiu-se em 1998 grupo de trabalho interministerial encarregado de definir a posição do País nas negociações sobre a Convenção de Proibição de Armas Biológicas. O Brasil também participou de encontros preliminares sobre armas pequenas e armamento leve. Ainda em 1998, o País participou das reuniões da Força-Tarefa encarregada de discutir questões relativas à proliferação nuclear em consequência dos testes nucleares realizados no Sul da Ásia. O Brasil teve atuação de destaque, na qualidade de membro não permanente do Conselho de Segurança, na busca de solução equilibrada para a questão do Iraque, tendo participado do envio a esse país, por indicação do Secretário-Geral da ONU, de técnicos para a missão de verificação (UNSCOM). Diante dos eventos registrados, o Governo brasileiro deplorou que as circunstâncias tenham levado ao uso da força e reiterou ao Iraque a necessidade da cooperação plena e incondicional com o UNSCOM.

O Brasil teve presença ativa em diversos processos negociadores e vários eventos internacionais nas áreas de direitos humanos, assuntos indígenas, meio ambiente e combate ao narcotráfico, ao crime organizado e ao terrorismo. O Governo estimulou especialmente o intercâmbio com ONGs e outros atores da sociedade civil com atuação nessas áreas. Por ocasião do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1998, realizou-se reunião de chefes de estado dos países membros e associados do Mercosul, no Rio de Janeiro, e Sessão Especial da Assembleia-Geral da ONU, quando o Secretário Nacional dos Direitos Humanos foi agraciado com o Prêmio das Nações Unidas.

Ainda em 1998, o Brasil participou da Conferência das Nações Unidas sobre o estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional e assinou seu estatuto. O Brasil teve participação de relevo nas grandes conferências organizadas pelas Nações Unidas no período, cabendo destacar a Conferência sobre População e Desenvolvimento (1994), a Cúpula sobre Desenvolvimento Social (1995), as Conferências sobre a Mulher (1995) e sobre Assentamentos Humanos (1996) e a Cúpula da Alimentação (1996). A participação brasileira nesses eventos envolveu amplo processo de discussão na sociedade civil, em especial por meio da composição de comitês nacionais e da organização de seminários temáticos.

AGENDA ECONÔMICA

Nos últimos anos, intensificou-se a globalização econômico-financeira, abrindo oportunidades e desafios para o País. O Brasil tem participado da consideração do tema e da volatilidade dos fluxos de capitais de curto prazo, com vistas a dotar o sistema internacional de mecanismos para prevenir crises ou minimizá-las. Desde 1995, têm sido mantidos contatos com chefes de estado e de governo do G -7 nos quais alerta sobre os riscos dos "capitais voláteis" e afirma-se o interesse brasileiro em participar do debate sobre os principais temas da agenda econômica internacional, em especial a "nova arquitetura" do sistema financeiro.

O Governo tem estimulado o fortalecimento da condição do País de *global trader*, em especial pela melhor competitividade dos produtos nacionais nos mercados externos. Nesse particular, o Brasil ampliou e fortaleceu mecanismos de cooperação internacional multilateral e bilateral em matéria de ciência e tecnologia, com destaque para programas específicos nas áreas de meio ambiente e satélites de comunicações, sensoriamento e meteorologia.

Após o período de transição (1991-1994), o Mercado Comum do Sul – Mercosul ingressou na fase de União Aduaneira, concentrando esforços na elaboração de instrumentos de política comercial necessários a esse estágio do processo de integração, em particular a Tarifa Externa Comum (TEC). Tendo em vista a futura conformação do Mercado Comum, o Mercosul prosseguiu o aprofundamento vertical e o aperfeiçoamento institucional, incluindo personalidade jurídica própria e órgãos como o Foro Consultivo Econômico e Social.

Novos temas, como regime de concorrência e serviços e compras governamentais, foram incluídos na agenda. Enfatiza-se a dimensão do "Mercosul político", com especial destaque na afirmação da "cláusula democrática". Em 1998, a XV Reunião do Conselho do Mercado Comum fortaleceu a tendência de transcender a consideração de assuntos puramente econômicos e de diversificar a agenda do Mercosul, integrando temas sociais.

Na ocasião, foram aprovados plano e metas no setor educacional, acordo de cooperação judiciária sobre extradição, regulamento sobre solução de controvérsias, institucionalização do foro de consulta e entendimento político e a Declaração Sócio-Laboral. No plano industrial e comercial, foram aprovadas pelo Conselho do Mercosul medidas sobre investimentos no setor automobilístico, listas de exceções, regras de origem, salvaguardas a importações extrazona e simplificação de trâmites de comércio exterior e de fronteira.

No que concerne à ampliação horizontal do Mercosul, foram assinados em 1996 acordos de livre comércio com Chile e Bolívia. Avançam os entendimentos com a Comunidade Andina (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) para o estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio reunindo os dois blocos, o que exige a renegociação dos acordos bilaterais que os membros do Mercosul mantêm com os membros andinos da ALADI. Em 1998 foi assinado Acordo-Quadro de Comércio e Investimentos com o Mercado Comum Centro-Americano.

De 1993 a 1997, o volume de comércio Brasil-Mercosul duplicou, passando de US\$ 9 bilhões para US\$ 18,7 bilhões. As exportações brasileiras para os parceiros da sub-região cresceram 50% de 1994 a 1997, de US\$ 6 bilhões para US\$ 9 bilhões, mais que o dobro do crescimento das exportações globais do País (21,8 %). O comércio intra-Mercosul se elevou de US\$ 12 bilhões para US\$ 21 bilhões no mesmo período.

A União Aduaneira se firmou como modelo de regionalismo aberto, fortalecendo o comércio com outras regiões, em particular a União Europeia e a

Comunidade Andina. O fortalecimento do Mercosul constitui requisito fundamental para a preservação de sua identidade no processo de integração hemisférica. Nesse sentido, o Brasil tem defendido a união dos países membros e associados do Mercosul, acima de eventuais divergências comerciais, a fim de fortalecer a União Aduaneira em escala hemisférica e mundial.

Os países do Mercosul, cujo PIB conjunto já ultrapassa US\$ 1 trilhão, têm atuado em bloco na discussão internacional de temas comerciais, o que possibilita negociar diretamente com países e agrupamentos extrarregionais, como Japão, China, CEI e Coreia do Sul, entre outros. Foi assinado Acordo-Quadro com a União Europeia com vistas à liberalização comercial entre os dois blocos. O Brasil tem investido na aproximação entre a América Latina e Caribe e a União Europeia. A Reunião de Cúpula entre os países dos dois continentes, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1999, constituirá momento de alta expressão na ação diplomática brasileira.

Com relação à integração hemisférica, o Brasil logrou equilibrar e enriquecer a agenda da II Cúpula das Américas (Santiago, 1998). O Presidente da República assegurou a educação posição central na Cúpula, evitando a excessiva ênfase que vinha sendo dada à vertente comercial para a conformação da ALÇA. Democracia e direitos humanos foram outros temas de relevo na reunião.

O Brasil teve participação de destaque nas discussões sobre a ALCA em matéria de investimentos, procedimentos alfandegários, barreiras técnicas, dumping, subsídios, salvaguardas, compras governamentais, propriedade intelectual, solução de controvérsias e política de concorrência. O Brasil tem buscado evitar que sua economia seja submetida a um novo processo de abertura sem as contrapartidas de acesso dos produtos nacionais sobretudo aos EUA, principal mercado do Hemisfério, garantindo-se a reciprocidade na área comercial.

Além disso, o Brasil fez prevalecer seus pontos de vista na determinação dos parâmetros negociadores para a conformação da ALCA, entre os quais o de *single undertaking*, que impede a pluralidade de regimes jurídico-comerciais, optando-se por um sistema único de comércio hemisférico, e o de *building blocks*, segundo o qual o processo negociador terá como base os acordos sub-regionais existentes — princípio fundamental para a permanência do Mercosul. A posição do País foi ainda fortalecida com a decisão de atribuir ao Brasil a copresidência, ao lado dos Estados Unidos, da comissão negociadora no processo final de formação da ALÇA, que deverá ser concluído até 2005.

O Brasil privilegia o sistema multilateral como base da regulamentação do comércio internacional e dos esforços de liberalização comercial. O País contribuiu ativamente para o processo de implementação dos Acordos de Marrakesh sobre comércio de bens e serviços, bem como aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio. A legislação brasileira logrou adequar-se ao quadro normativo estabelecido pela OMC – Organização Mundial do Comércio. O Brasil soube utilizar eficientemente o mecanismo de solução de controvérsias da Organização para buscar a eliminação de barreiras discriminatórias a suas exportações e de práticas desleais de comércio, bem como para defender a posição do País contra queixas de parceiros comerciais sobre gasolina, aeronaves, regime automotivo e carne de aves, entre outros. As ações tomadas pelo Governo para fazer frente às dificuldades financeiras geraram alguns contenciosos comerciais.

SERVIÇOS CONSULARES

Estima-se que 1,5 milhão de brasileiros vivam hoje fora do País. Somados a esse contingente de emigrantes, cerca de 3,0 milhões de brasileiros viajam anualmente ao exterior. Nesse contexto, o Governo elevou a assistência aos cidadãos brasileiros no exterior ao nível de prioridade da agenda externa do País, aperfeiçoando a prestação de seus serviços consulares. Foram modernizados a estrutura e os procedimentos de assistência consular e ampliada a rede de repartições consulares, cuja ação foi reforçada pelo sistema de consulados itinerantes, pela prestação de assistência jurídica e pela distribuição de cartilhas consulares. Além disso, o Governo intensificou contatos com autoridades dos países receptores de cidadãos brasileiros para a solução de questões nas áreas de educação, saúde, previdência, seguros e direitos trabalhistas, entre outros. Foram ainda criados Conselhos de Cidadãos destinados a promover maior integração entre as comunidades de brasileiros no exterior e os Serviços Diplomático e Consular do País.

O Itamaraty tem buscado maior interlocução com as unidades federadas brasileiras e setores representativos das sociedades locais, além do empresariado e da

comunidade acadêmica, com vistas a atender demandas pontuais e a contribuir para a formação de quadros técnicos em temas de política externa.

BRASIL 500 ANOS

Sob a coordenação do Itamaraty, a Comissão Nacional do V Centenário do Descobrimento prosseguiu na organização dos eventos comemorativos da chegada dos navegantes portugueses ao Brasil, tendo participado da Expo 98 em Lisboa. O objetivo do Governo é estimular a reflexão sobre a formação da identidade brasileira e o futuro do País. A Comissão Nacional aprovou diversos projetos culturais propostos por órgãos públicos e pela iniciativa privada e tem estimulado a criação de comissões similares nos estados e municípios.